

Affonso Romano de Sant'Anna
(Rio de Janeiro)

Reflexos das transformações do Brasil
no livro, na literatura
e nas bibliotecas brasileiras

Não estranhem meu estilo. Não vou fazer uma apresentação puramente acadêmica. Desde que nos anos 80 comecei a escrever para o *Jornal do Brasil* amplos artigos sobre a realidade brasileira que resolvi desacademizar meu texto, tratando assuntos excelsos ou dramáticos não apenas em forma de poesia, mas num estilo de crônicas ou, então, de uma ensaística onde o sujeito pensante ou narrador não tem pejo de se mostrar como um «cogito» inquieto e inquietante na primeira pessoa.

Parecia-me, naquela época, que o saber universitário havia construído uma linguagem por demais encastelada e que era necessário laicizá-la através dos jornais. Não esquecer que nos anos 60 e 70, em torno do estruturalismo, nas ciências humanas, organizou-se uma parafernália crítica, que ao mesmo tempo em que se constituiu em um avanço crítico, transformou-se também numa produção quase esotérica, que afastou os leitores que não fossem universitários sem que os universitários se sentissem à vontade diante da nova linguagem composta de grandes tecnalidades.

Contudo, é possível que tal estilo, em minha prática, não tenha começado exatamente nos anos 80. Ele estava em mim desde sempre pela seminal presença do chamado «eu lírico», que permite ao poeta falar de seu tempo na primeira pessoa. Assim, sinto-me autorizado, mais que por mim mesmo, por Platão e Staiger a continuar na intersecção estilística e cultural de alguns de meus livros. Por exemplo, um intitulado «Política e Paixão», outro chamado «Que país é este?», onde basicamente o que me preocupava eram exatamente as transformações da cultura e da sociedade brasileira, tema que aqui também se procura objetivar neste seminário.

Percebam que estou denunciando, mesmo em linguagem amena, claramente minha posição epistemológica. Estou definindo o lugar do qual falo e onde estarei exposto à análise alheia. Parto conscientemente desta banalidade, que é necessário, no entanto, frisar: falo a partir de um espaço determinado do qual tenho consciência (pelo menos em parte). Falo da paixão política e da paixão poética por meu país. Mas mais do que isto pertencço a uma geração de escritores e intelectuais formada a partir de um pressuposto que tinha força de axioma: a revolução política e a revolução estética eram dois elementos que faziam avançar a história de nossos dias. Esse conceito duplamente transformador da sociedade tornou-se mais comum e visível a partir do século XIX, mas foi com as vanguardas que eclodiram no século XX e com as revoluções russa, chinesa e cubana, por exemplo, que se configuraram.

Conforme indiquei em outro trabalho,¹ havia nessa expectativa existencial e teórica a ingênua noção de que a história seguia em forma de flecha, que vinha de um princípio edênico determinado e teria um fim triunfalista. Os fatos mostraram o angelismo seráfico dessa expectativa. A história não caminha linearmente numa sucessão de teses, antíteses e sínteses. Há, isto sim, várias histórias simultâneas. E mais: as revoluções podem ser reacionárias assim como as vanguardas podem redundar num exercício de autoritarismo estético nihilista.

Num plano regional, nacional-brasileiro, faço parte de uma geração de intelectuais que levou o primeiro grande choque histórico em 1964, quando a utopia juvenil, bela e ingênua, desestruturou-se diante da realidade pragmática que foi a ditadura que se instalou no país.

Vinha de um «berço esplêndido» para um «futuro radioso»
e éramos maiores em tudo,
— discursando rios e pretensão»

¹ «O que aprendemos até agora», aula inaugural na Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

Mas

Uma coisa é um país
outra um ajuntamento.
Uma coisa é um país
outra um monumento.
Uma coisa é um país
outra o aviltamento.

Falo também ressoando outro grande choque geracional que foi a derrocada do comunismo e do muro de Berlim, em 1989. Falo ciente de que o século XX historicamente já acabou² e que estamos na transição para o XXI, que possivelmente já começou.

Falo sabendo que as fronteiras do conceito de país são mutantes, que país é uma categoria recentíssima na história, estruturada na passagem do século XVIII para o XIX e que nos séculos vindouros talvez tal conceito — país — não mais exista ou seja totalmente modificado. Atualmente, por exemplo, a formação dos blocos regionais geo-econômicos já se impõem como categorias supranacionais. Por isto,

Vivo no século vinte, sigo para o vinte e um
ainda preso ao dezanove
como um tonto guarani
e aldeado vacum. Sei que daqui a pouco
não haverá mais país.
País —
loucura de quantos generais a cavalo
escalpelando índios e murais,
queimando caravelas e livros
— nas fogueiras e cais,
homens gordos melosos sorrisos comensais
politicando subúrbios e arando votos
e benesses nos palanques oficiais.

² Poema «Epitáfio para o século XX», em: *O lado esquerdo do meu peito*, Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Portanto, como falar das transformações e perspectivas do meu país, e mais, de nossa literatura?

Literatura é outro conceito em mutação permanente. E essa foi a grande contribuição dos formalistas russos e dos estruturalistas: o texto que não era literatura ontem, uma simples carta ou diário, pode ser considerado literatura hoje. Um «best-seller» agora, que olhamos com tanto desdém, pode no século vindouro (se já não o é) ser considerado uma manifestação icônica de nossa cultura e como tal ser esteticamente resgatada. A televisão e o cinema reelaboram e ampliam as técnicas narrativas do romance, que por sua vez ampliou e reelaborou as técnicas narrativas da epopéia. O universo literário, como se fosse um campo da física, é um universo em expansão.

Estou já fazendo aqui aquilo que parafraseando Erich Auerbach poderia ser chamado de «mescla de estilos». E que não chamem a isto de «pós-moderno», como ficou tão fácil nomear recentemente. O cronista, o ensaísta, o poeta, aqui estão, e mais: o depoimento não apenas do escritor, mas do administrador cultural, que nos últimos quatro anos teve o honroso encargo de dirigir a Biblioteca Nacional brasileira, a oitava do mundo, com seus oito milhões de peças.

Permito-me (e esse texto já se vê, é autocomplacente, o autor vai se permitindo mais do que lhe seria permitido) até mesmo chegar a uma perigosa observação: seria bom que os intelectuais ocupassem postos na administração pública, se possível dentro da área da cultura. Isto os enriqueceria de duas maneiras: em primeiro lugar, conheceriam melhor o país. Ouso uma «boutade» ao dizer que só conhece o país quem andou pelos labirintos da administração pública. Em segundo lugar, isto daria um sentido crítico maior aos intelectuais que tendem a falar do não lugar, de uma utopia confortável, quando, na verdade, a praxis e a realidade são outras.

Isto me faz reatar uma questão que deixei apenas indiciada anteriormente quanto a laicização do saber em oposição à universidade. Com efeito, se minha peripécia intelectual particular tomou este rumo sobretudo a partir dos anos 80, hoje,

quando assume a presidência do país um intelectual da dimensão de Fernando Henrique Cardoso é de se esperar que ele convocará, retirará dos quadros universitários um contingente apreciável para operacionalizar seu programa de governo.

Desta simples observação poderia derivar uma questão importante para se entender as relações entre o intelectual e o poder no país. Nos últimos anos, pode-se dizer que o Exército, o Itamaraty e a universidade se alternam ou se complementam no fornecimento de cérebros para a administração pública toda vez que o país quer fugir ao clássico estamento de políticos de extração rural e de formação jurídica que dominaram alguns séculos da vida nacional.

Estou ainda na introdução, mas já estou saindo da introdução, se é que todo o meu texto não é que uma introdução àquilo que gostaria de pensar que penso. E vou lançar aqui alguns dados como forma de ir saindo da primeira pessoa para a objetivação de alguns fatos e feitos que devem margear o conteúdo dessa apresentação.

O que é o Brasil hoje, no âmbito da produção literária e editorial?

Um país que produz cerca de 30 mil títulos novos por ano e cujas edições somam um total de 300 milhões de livros por ano. É muito? É pouco. Distribuídos esse livros pelos 150 milhões, é pouco, muito pouco.

Mais dados: a clássica e alarmante afirmação de que o país tem cerca de 600 livrarias. 600 livrarias em oito milhões de km² dá para fazer qualquer escritor morrer de vergonha. Claro, podemos fazer uns abatimentos para diminuir o vexame. Dizer que a região amazônica, que ocupa um terço do país, é pura floresta e rios. Mas isto não resolve. Países com cinco ou dez milhões de habitantes têm mais livrarias. No entanto, para minorar o constrangimento, podemos avançar outra desculpa em forma de jactância. Dizer, por exemplo, que algumas edições de Nietzsche, Platão, Benjamim, quando distribuídas pelas quinze mil bancas de jornais do país, chegaram a vender, às vezes, 30, 50 ou 100 mil exemplares. Tenho ouvido isto e chego a duvi-

dar. Mas sou dos que se surpreendem que *Ulisses* de James Joyce, traduzido em português, tenha tido já várias edições. Num certo momento pareceu-me que havia mais edições de *Ulisses* no Brasil do que na Irlanda. Recordo-me de quando estive em Dublin nos anos 60. Aí a palavra James Joyce ainda causava constrangimento a muitos dublinenses. E no Brasil saíam várias edições da sua obra para espanto geral.

Percebam que estou introduzindo entre esses números um dado importante para se entender esse país surpreendente que não pára de surpreender mesmo aos brasileiros. Aliás, ser brasileiro é um exercício de surpresas. De tédio não se morre no Brasil. Se temos poucas livrarias e as bancas de jornal às vezes funcionam cumprindo um papel suplementar, por outro lado, existem no país cerca de 600 editoras que vendem livros diretamente nas casas. Dizia-me na Feira de Frankfurt am Main, em Outubro de 1994, um livreiro brasileiro, que um desses editores confessou-lhe que só no Acre, aquela faixa de terra meio desamparada na Amazônia a qual foi anexada ao Brasil em negociações com a Bolívia no princípio do século, só no Acre o tal editor vende edições de três mil exemplares de seus livros. O que, percebam, é um milagre, se constataremos que as editoras do Rio de Janeiro e São Paulo lançam primeiras edições de livros não «best-sellers», também em tiragem de dois a três mil exemplares.

Falar do Brasil é falar de lonjuras, de grandes extensões, onde o Brasil se exila do Brasil. Dominar um tão vasto território não é tarefa fácil. E este dado geográfico tem reflexo na situação cultural do país. Há cerca de um ano, por exemplo, fui convidado para ir a um encontro de escritores no novo estado de Tocantins. Um estado formado com a metade da parte de cima do antigo estado de Goiás. Queria que eu lá lançasse um livro meu recente. Sugeriu, então, que deixassem a cargo de um livreiro essa tarefa. Aí ouvi a surpreendente revelação por parte de quem me convidava: É melhor o senhor trazer o livro, porque aqui em Tocantins não tem livraria. Exatamente. Um

novo estado onde havia uma universidade já em construção e onde não havia ainda uma livraria.

A informação é chocante, sobretudo se considerarmos que o novo estado parece ser, pelo menos, da metade da Alemanha atual. No entanto, temos que levar em conta que ali, em Tocantins, a própria capital, Palmas, está sendo construída do zero. Ao aproximar-se o avião, vê-se já o vasto acampamento que é a cidade em construção, uma espécie de Brasília da região.

Muita coisa no Brasil é recente. E surpresas nos ocorrem a todo instante. Certamente vocês já ouviram falar da riquíssima província mineral de Carajás na Amazônia. Ali existem em larga escala todos os minerais nobres e a região transformou-se num grande pólo de exportação de matéria prima. Pois essa vasta riqueza foi descoberta por acaso. Em torno de 1967, um avião pequeno caiu em plena floresta amazônica. Mais tarde, as equipes de salvamento se deram conta de que aquela era uma riquíssima região, que a partir de então começou a ser mapeada economicamente.

Culturalmente também estamos mapeando e descobrindo sempre um Brasil novo. Posso lhes dar dois exemplos sumários. Recentemente, foram levantados na Biblioteca Nacional cerca de quatro mil documentos sobre a escravidão, portanto, é falsa a afirmação de que tudo o que havia sobre a escravidão havia sido destruído por Rui Barbosa, enquanto ministro, temeroso que o estado tivesse que indenizar os antigos fazendeiros. Na mesma linha de redescoberta de nosso solo cultural, pesquisadoras em Pernambuco e em Minas Gerais, localizaram no século XIX centenas de escritoras que eram até então desconhecidas da história literária do país. Parafraseando, pode-se dizer que assim como a província mineral na região de Carajás foi uma surpresa, também algumas reservas culturais estão sendo reachadas, a exemplo, aliás do que sucedeu há algumas décadas quando o musicólogo de origem alemã, Curt Lang, descobriu em Minas Gerais centenas de partituras de compositores negros e mulatos que no século XVIII constituíam uma sofisticada

escola de música barroca ao nível das melhores existentes na Europa.

No Brasil estamos sempre mapeando o país. Aqui na Europa, os povos estão sempre movendo as fronteiras a cada guerra que ocorre, redesenhando assim um novo perfil do país. No Brasil, a fronteira está estabelecida há muito, mas a tarefa é a ocupação e exploração do que já está na fronteira interior. Em muitos sentidos, ainda estamos fazendo o movimento para o oeste que os americanos fizeram no século XIX. A construção de Brasília, a Transamazônica, a constituição recente de novos estados como Rondônia, Roraima, Acre, Mato Grosso do Sul, Tocantins, alguns maiores que muitos países europeus, fazem parte de uma marcha para o oeste ainda não concretizada totalmente.

Neste quadro é que se podem detetar, por exemplo, mistérios no parque editorial brasileiro. Como explicar que Monteiro Lobato nos anos 30 e 40, quando o país tinha só uns 40 milhões de habitantes, vendesse 40 mil exemplares de alguns de seus livros por todo o país? Sem dúvida, foi invejável e fenomenal que ele tivesse criado uma rede de distribuição artesanal, que fazia com que seus livros fossem em lombos de burros ou viajassem de barcos.

Hoje, um Jorge Amado, em suas primeiras edições, pode vender 100 mil exemplares no país, outros autores bem vendidos chegam a 30 e 40 mil. Por outro lado, romances clássicos, quando adotados nas escolas, alcançam grandes tiragens. O Brasil, por outro lado, é capaz de produzir fenômenos como José Mauro de Vasconcelos (traduzido para dezenas de línguas com *Meu pé de laranja lima*), ou este recente Paulo Coelho, que em todo o mundo já vendeu quatro milhões de exemplares com seus livros místicos esotéricos.

Alguns podem alegar que isto é literatura de massa ou paraliteratura. De certa forma, isto é irrelevante dentro de um contexto mercadológico. O que nos deve impressionar é o fato de que existe um mercado em potencial no país ao qual se dirigem muito poucos autores.

Vamos uma vez mais para dados mais pragmáticos, unindo ação e pensamento ou, como se dizia gloriosamente nos anos 60, fundindo teoria e praxis.

Hoje, a Fundação Biblioteca Nacional está desenvolvendo no país duas ações integradas para modificar a relação do brasileiro com o livro e com a leitura. Depois de quatro anos de trabalho, já temos dados concretos para afirmar que o novo governo que se instalou no país em 1995 pode fazer avançar prodigiosamente o projeto que intitulamos de «Projeto Biblioteca Ano 2000». Basta que, pelo menos, reforce duas pontas de lança desse projeto: o Sistema Nacional de Bibliotecas e o PROLER (Programa Nacional de Promoção da Leitura).

Com o Sistema Nacional de Bibliotecas, criado em 1991, conseguimos até agora agrupar cerca de 2500 bibliotecas municipais e estaduais. Fizemos um levantamento do que existe nessas bibliotecas e como operam. Editamos, finalmente, um Guia das Bibliotecas com o endereço de todas elas. Mas elas são mais do que essas 2500, pois nem todas responderam ao questionário e algumas mudaram de endereço. Estima-se que sejam cerca de três mil.

No entanto, se somarmos a essas mais 900 bibliotecas universitárias, que em convênio com a Biblioteca Nacional estão se abrindo também à comunidade e mais cerca de 500 construídas nos CIEPS e CIACS, complexos educacionais que atendem à comunidade, estaremos perto do número de quatro mil bibliotecas, o que já é um móvel dinamizador não apenas do parque editorial, mas um elemento culturalmente transformador da sociedade. A isto se adicione que dentro do «Projeto Biblioteca Ano 2000» conseguimos que vários governadores e prefeitos reformassem bibliotecas e construissem novas. E prefeituras criativas como Curitiba já construíram doze dos 120 «Faróis do Saber», que são bibliotecas de bairro.

Insisto nesses dados, porque estamos convencidos de que o bibliotecário, convertido num profissional da informação, é e será um personagem ainda mais fundamental na sociedade que

se estrutura em torno das grandes redes de informática em todo o mundo.

A Fundação Biblioteca Nacional, dentro desse quadro, conscientizou-se de que tem um papel diverso das bibliotecas nacionais de outros países. Além de ser a cabeça do Sistema Nacional de Bibliotecas realizando um consistente programa de implemento e articulação de políticas do livro, chegamos à conclusão de que era importante desencadear um intensivo programa de promoção da leitura nos lugares mais longínquos do país.

Percebam que não estou falando de luta contra o analfabetismo. Isto, em princípio, é tarefa do Ministério da Educação. A nós compete lutar contra o chamado «analfabeto funcional», ou seja, o indivíduo que sabe ler, mas lê mal e interpreta precária e equivocadamente aquilo que lê.

Isto não é uma exclusividade do Brasil. Na Europa existem 50 milhões de analfabetos funcionais. São trabalhadores vários que têm uma leitura insuficiente, que termina por atrapalhar a própria produtividade do país. No Brasil, temos uns 18 % de analfabetos, mas estamos descobrindo essa nova fronteira, o analfabeto funcional.

Por isto, o PROLER tem desenvolvido programas intensivos em centenas de cidades de norte a sul. Isto começa no Acre e chega à fronteira argentina num pólo que temos em Passo Fundo.

Para que vocês tenham uma idéia da dimensão desse projeto já em execução, seria o mesmo que imaginar que se ele fosse realizado em território europeu e centralizado aqui na Alemanha, suas irradiações estariam em Moscou, Oslo, Madrid e Nigéria. Por isto, eu lhes dizia das dimensões do Brasil. Dizia-lhes eu das diferenças de conceito entre uma biblioteca nacional no Rio de Janeiro ou em Frankfurt am Main.

A idéia que estamos pondo em execução através do PROLER é simples: nenhum país do primeiro mundo chegou a primeiro mundo sem passar pelo livro e pela leitura. Portanto, para o desenvolvimento do Brasil, não há outra porta de

passagem. Temos que partir ao mesmo tempo para uma educação maciça e massiva da sociedade lutando por atingir níveis de qualidade competitiva com os países mais avançados.

Com satisfação, vamos recebendo notícias de que as indústrias brasileiras estão preocupadas com a questão da leitura e da qualidade. O SESI (Serviço Social da Indústria) de São Paulo encomendou pesquisa a esse respeito e constatou que a produtividade está relacionada com o grau de competência leitora de seus operários, dispondo-se a trabalhar para modificar o quadro atual. Por sua vez, uma empresa como a Petrobrás está desenvolvendo conosco, através de cinco caminhões-biblioteca que percorrem a periferia do Rio de Janeiro, São Paulo e Magé, o programa «Leia Brasil». A Rede Ferroviária Federal está construindo dois vagões biblioteca que irão, inicialmente do Rio de Janeiro para Minas, emprestando livros e realizando programas em velhas estações de trem. Ao mesmo tempo, o Ministério da Marinha começa a se interessar por um programa semelhante, de barcos-biblioteca que percorram a Amazônia e o Rio São Francisco.

Os brasileiros temos uma síndrome no mínimo curiosa: a de que a história está sempre começando ou por começar. Isto é o oposto do que um europeu sente. Aqui a história é um peso ou um pesadelo, como já disseram vários. Tenho a impressão de já ter experimentado isto, sobretudo quando residi em Colônia, e impactado diante da catedral que levou 600 anos para ficar pronta e começou a ser erigida em 1248, escrevi um longo poema onde o olhar índio e negro manifesta a sua perplexidade diante da história alheia.

Na Europa, a história é inarredável. Por isto, os teóricos mudam frequentemente o conceito de história como forma de removê-la ou recondicioná-la praticamente. Formas de controlar o pesadelo, o delírio ou a realidade.

No Brasil, onde o imaginário europeu depositou a herança utópica renascentista, onde se ergueria o «novo mundo», onde se encontraria emblematicamente o Eden e o «bom selvagem», o lugar da «terra sem males» dos índios guaranis, no Brasil,

«país do futuro» de Stefan Zweig, a história é um constante recomençar, e tudo parece muito recente. Poderia até ter intitulado essa conferência de «as invenções do Brasil». «Invenções» mais que «descobertas».

Dizia eu anteriormente que o conceito de país está sempre em mutação. Nosso caso concreto é ilustrativo. Já fomos capitánias hereditárias, governo geral, vice-reino, reinado e república. Na república, o Brasil foi reinaugurado várias vezes. Em 1889 com Marechal Deodoro, gerando a República Velha que vai até 1930; por Getúlio Vargas, que reinventou outro Brasil do qual se apoderou até 1945; por Juscelino Kubitschek que reinaugurou econômica e espacialmente a nação com Brasília, rodovias e indústrias; João Goulart em 1964 queria inventar um Brasil populista e sindicalista; os militares em 1964 de novo reinauguraram o Brasil por uns 20 anos. Nos anos 80, a eleição frustrada de Tancredo Neves foi outra invenção do Brasil, consignada no nome de «Nova República». Collor em 1991 inventou coisas e loisas até que caiu do poder, porque inventou demais. Agora com Fernando Henrique Cardoso temos a mesma sensação de reinauguração do país.

Estamos sempre começando, recomençando. Às vezes tem-se a impressão de que estamos patinando no mesmo lugar, andando para trás (a exemplo da década de 80, considerada década perdida³ para o continente), mas surgem aí algumas estatísticas que introduzem mais complexidade na questão. Por exemplo, quando apresentam o Brasil como o país que mais cresceu economicamente nos últimos 100 anos apesar de todas as contra-marchas em sua caminhada.

Consideremos um dado curioso sobre um dos aspectos recentes do país: a universidade brasileira. Foi fundada somente em 1934, em São Paulo. Para ali foram trazidas grandes inteligências européias, tais como Levi-Strauss, Giuseppe Ungaretti e Fernando Braudel, Roger Bastide.

³ Poema «Década perdida», em: *O lado esquerdo do meu peito*, Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Tivemos cursos superiores a partir do século XIX, depois que para cá veio a família imperial, fugindo de Napoleão. Cursos de Direito no Recife e São Paulo, faculdades de medicina aqui e ali. Antes disto, a vida cultural universitária vinha toda do exterior. No século XVI, só treze brasileiros tinham ido estudar em Coimbra. No século XVII já eram 353. De uma maneira geral, como informa Rubens Borba de Moraes, entre o século XVI e o século XVIII, 2220 brasileiros se formaram em Coimbra sem contar o que se formaram em outros países. Nestes três primeiros séculos foram 300 os autores brasileiros que publicaram cerca de 750 obras. Mas, convém lembrar: publicaram-nas no exterior, pois no Brasil, Colônia de Portugal, era proibida a imprensa e a publicação de livros. Mesmo assim, formaram-se grandes bibliotecas como a do Maranhão e do Pará com 12 mil volumes, em torno de 1760.

Com efeito, a partir dos anos 60, o governo militar (que se instaurou em 1964) deu grande impulso às universidades e organizou os cursos de mestrado e doutorado fazendo com que milhares de estudantes fizessem especializações na Europa e Estados Unidos. Os «campi» se espalharam por todo o país graças também a uma ordenação maior da economia. Em poucos anos, de 100 mil passamos para mais de um milhão de universitários nos anos 70. (Estas observações, que aqui faço introdutoriamente, poderiam e deveriam ser melhor desenvolvidas por outras pessoas, porque há um dado que até agora não tem sido devidamente analisado: ao lado da repressão, do exílio, da tortura, sem que uma coisa justifique a outra, durante o regime militar houve mais dinheiro para a educação e para a cultura do que depois da abertura democrática nos anos 80. Sobre isto poderia assinalar esse paradoxo: num determinado momento, durante a ditadura, havia verba e com ela a censura, noutro momento, durante a democracia, havia a liberdade de expressão, mas não a verba. Para se discutir esse absurdo basta que se constate o absurdo orçamento dado ao Ministério da Cultura que veio decrescendo desde 1980 até chegar a uma cifra que gira em torno dos 100 milhões de dólares.)

Recordo-me quando estive lecionando em 1978 na Universidade de Köln do espanto, quando vi a data em que a universidade foi criada: 1247. Por outro lado, alguém poderia alegar que a Universidade apareceu no Peru e no México em 1551 e nem por isto esses países deram o salto que deveriam ter dado.

Precisamos, então, indagar que tipo de universidade foi criada, em que contexto e com que finalidade, além de verificarmos a questão do colonialismo em nosso continente.

Sendo recente, a universidade brasileira, com todos os seus senões e dificuldades, tem um dado significativo a fornecer. Desde que foram estabelecidos os cursos de pós-graduação no final dos anos 60 até hoje, cerca de 100 mil teses foram defendidas em todo o país. Só a Biblioteca Nacional tem hoje mais de 80 mil teses e o IBICT está produzindo um CD-ROM com a relação de todos esses títulos.

Muitos outros temas, percebo, poderiam ser desdobrados nesta fala, se tivéssemos mais tempo. Insinuo alguns deles:

1. a profissionalização do escritor: um maior número de escritores já vive de literatura hoje, comparados aos mestres modernistas do princípio do século;
2. a televisão brasileira exerce um papel importante na conformação cultural do país e vários escritores produzem para ela, tendo a novela brasileira se constituído num produto especial no mercado internacional;
3. depois da geração modernista de 1922, da geração de 1945 e da eclosão das neo-vanguardas em 1956, não há nenhum grupo dominante na literatura brasileira, a qual se caracteriza hoje por uma pluralidade de estilos;
4. surgiu uma nova ensaística universitária com significativa presença feminina;
5. está havendo hoje em dia uma conscientização geopolítica e econômica de que o português é falado por cerca de 180 milhões de pessoas na Europa, África e Américas e que sendo a terceira língua mais falada do ocidente, seus falan-

tes têm que assumir o lugar que lhes cabe na conjuntura internacional;

6. o Brasil tem um papel importante a cumprir na América Latina, que espera que ele assuma a liderança que lhe compete. Isto realizado, ele sairá do isolamento tradicional e puxará consigo outros países e culturas.

O país, enfim, hoje está sendo reinaugurado através do governo de Fernando Henrique Cardoso. Seria uma bela maneira de se despedir do século XX e uma forma desafiadora de inaugurar o século XXI. Eu pessoalmente há muito já saí do século XX com seus dilemas ideológicos e seus paradoxos vanguardistas e revolucionários. Estou indo para o século XXI. Como dizia aquela comandante numa de nossas guerras de fronteira: «Quem for brasileiro, que me siga.»

E como prova disto, leio-lhes um poema intitulado «Epitáfio para o século XX», que é no avesso de seu significado a sinalização para o futuro.

Epitáfio para o século XX

1. Aqui jaz um século
onde houve duas ou três guerras
mundiais e milhares
de outras pequenas
e igualmente bestiais.

2. Aqui jaz um século
onde se acreditou
que estar à esquerda
ou à direita
eram questões cruciais.

3. Aqui jaz um século
que quase se esvaiu
na nuvem atômica.
Salvaram-no o acaso
e os pacifistas
com sua homeopática
atitude
— nux vomica.

4. Aqui jaz um século
que um muro dividiu.
Um século de concreto
armado, canceroso,
drogado, empestado,
que enfim sobreviveu
às bactérias que pariu.

5. Aqui jaz um século
que se abismou
com as estrelas
nas telas
e que o suicídio
de supernovas
contemplou.
Um século filmado
que o vento levou.

6. Aqui jaz um século
semiótico e despótico,
que se pensou dialético
e foi patético e aidético.
Um século que decretou
a morte de Deus,
a morte de História,
a morte do homem,
em que se pisou na lua
e se morreu de fome.

7. Aqui jaz um século
que opondo classe a classe
quase se desclassificou.
Século cheio de anátemas
e antenas, sibérias e gestapos,
e ideológicas safenas;
século tecnicolor
que tudo transplantou
e o branco e o negro
a custo aproximou.

8. Aqui jaz um século
que se deitou no divã.
Século narciso & esquizo,
que não pôde computar
seus neologismos.
Século vanguardista,
marxista, guerrilheiro,
terrorista, freudiano,
proustiano, joyciano,
borges-kafkiano.
Século de utopias e hippies
que caberiam num *chip*.

9. Aqui jaz um século
que se chamou moderno
e olhando presunçoso
o passado e o futuro
julgou-se eterno;
século que de si
fez tanto alarde
e, no entanto,
já vai tarde.

10. Foi duro atravessá-lo
muitas vezes morri, outras
quis regressar ao 18
ou 16, pular ao 21,
sair daqui
para lugar nenhum.

11. Tende piedade de nós, ó vós
que em outros tempos nos julgais
da confortável galáxia
em que irônico estais.
Tende piedade de nós
—modernos medievais—
tende piedade como Villon
e Brecht por minha voz
de novo imploram. Piedade
dos que viveram neste século
per saecula saeculorum.